

# Relações de Gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

*Gender Relations in Community Rancharia: women's labor in family agriculture*

**Lívia Aparecida Pires de Mesquita**

Universidade Federal de Goiás / Campus Catalão

livia.mesquita@hotmail.com

## Resumo

As relações de gênero presentes no meio rural atribuem papéis diferenciados para cada um dos sexos. As mulheres é reservada a esfera do doméstico, e aos homens o papel de provedores das famílias. Essa divisão do trabalho causa a 'invisibilidade' do papel feminino na agricultura familiar, já que seu trabalho na esfera doméstica não gera renda, e nas tarefas relacionadas à produção é reduzido ao caráter de ajuda. Frente a essa situação, propõe-se analisar as relações de gênero na divisão social do trabalho entre agricultores e agricultoras familiares da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás. Para a realização deste trabalho foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre agricultura familiar, trabalho das mulheres, relações de gênero e relações de poder, pesquisa documental no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO) e pesquisa de campo, na qual foram aplicados 13 roteiros de entrevista às agricultoras e aos agricultores rurais da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás (GO).

Palavras – chave: Mulheres; Agricultura familiar; Relações de gênero; Comunidade Rancharia.

## Abstract

The gender rations present in rural areas assigns different roles for each sex. Women are restricted to the home sphere; and the man has the role of family provider. This labor division causes the 'invisibility' of women's role in family farming, since their work in the domestic sphere does not generate income and in tasks related to the production their action are considered only as aid. In this situation, the purpose of this study is to treat gender relations and the power relations between men and women in rural areas, and how this discussion can contribute to the visibility of women's work in the countryside. To carry out this work, it was performed a theoretical-conceptual review on familiar agriculture, women's labor, gender relations, power relations, a documentary research in the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and in the State Bureau for Management and Planning of Goiás (SEGPLAN-GO), and also a field research, in which it were applied 13 interview scripts to female and male farmers in the community of Rancharia, in the municipality of Campo Alegre de Goiás (GO).

Keywords: Women; Family agriculture; Gender relations; Rancharia Community.



## **Introdução**

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Os (as) agricultores (as) familiares têm como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção, sendo ela a principal responsável pelo trabalho. Assim, o trabalho é realizado por todos os membros da família, sendo que as atividades são divididas de acordo com o sexo e a idade. Todavia, a divisão sexual do trabalho atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos. Às mulheres é reservada a esfera do privado e mesmo exercendo atividades fora do lar estas são, geralmente, vistas como secundárias, de ajuda. Enquanto o homem assume o papel de provedor da família, sendo-lhe reservado o local público e de produção.

Essa divisão do trabalho causa a 'invisibilidade' do papel feminino na agricultura familiar, pois seu trabalho na esfera doméstica não gera renda e nas tarefas relacionadas à produção é considerado apenas como ajuda. O não reconhecimento do papel da mulher sugere que ele não gera valor econômico e social, assim, a gratuidade do trabalho da mulher no meio rural contribui para a sua 'invisibilidade' na agricultura familiar e no não reconhecimento do seu trabalho. Diante dessa problemática, propõe-se tratar as relações de gênero e as respectivas relações de poder entre homens e mulheres no meio rural, e como essa discussão pode contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres no campo. E ainda, analisa o papel da mulher na produção e reprodução da família rural, com ênfase na comunidade Rancharia.

Para a realização desse trabalho foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre agricultura familiar, trabalho feminino,

relações de gênero e relações de poder. Também foi realizada pesquisa documental, na qual foram adquiridos dados de fontes secundárias no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN - GO). E pesquisa de campo, na qual foram aplicados 13 roteiros de entrevista.

Optamos pela entrevista semiestruturada como metodologia pelo fato dessa técnica ter como vantagem uma maior flexibilidade em relação a duração e as perguntas, podendo repetir e/ou reformulá-las. Estas foram aplicadas junto às agricultoras e aos agricultores familiares da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás-GO, particularmente, com a esposa e o cônjuge das unidades produtivas, explorando informações como: a) propriedade e família; b) produção e comercialização, c) força de trabalho; d) organização dos (as) produtores (as); e) divisão e jornada de trabalho; f) importância do trabalho feminino; g) significado do trabalho feminino para os homens e para as mulheres. Foi aplicado um único roteiro para a família agricultora sendo que havia questionamentos que eram direcionados especificamente às mulheres e outros aos homens e alguns que foram respondidos por ambos.

A comunidade Rancharia está localizada a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Campo Alegre de Goiás (GO). Limita-se ao norte com a Fazenda Helena, ao sul com a Fazenda Pirapitinga (ambas fazem parte do município de Campo Alegre de Goiás), a leste com o rio São Marcos e a oeste com a BR050. É constituída por estabelecimentos rurais que se caracterizam pelo predomínio do trabalho familiar e atualmente é composta por 25 famílias, totalizando em torno de 60 pessoas.

O município de Campo Alegre de Goiás-GO possui uma área de 2.463,014 km<sup>2</sup> e faz

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

limite com os municípios de Catalão, Cristalina, Ipameri no Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais e encontra-se a 250 km da capital Goiânia. Segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Campo Alegre de Goiás (GO) é de 6.060 habitantes. Destes, 4.481 (74%) residem no meio urbano e 1.579 (26%) na área rural (IBGE, 2010).

Esse estudo faz parte da dissertação do mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, concluída em fevereiro de 2013. A pesquisa apresenta a oportunidade de conhecer melhor a realidade da agricultura familiar com vistas a enfatizar a relevância do trabalho feminino para a sobrevivência de muitas famílias no campo.

### O gênero na Análise das Relações entre Agricultoras e Agricultores Familiares

O conceito de gênero surge com o objetivo de rejeitar o determinismo biológico utilizado para caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, e de acentuar o caráter social dessas distinções baseadas no sexo. A opção por trabalhar com esse conceito é devido a sua importância para a compreensão das relações de poder que são desenvolvidas social e culturalmente entre os sexos, nesse caso, entre agricultoras e agricultores familiares da comunidade Rancharia. Busca-se através dessa discussão dar visibilidade ao trabalho da mulher agricultora, tanto na esfera doméstica quanto na produtiva.

No Brasil, o conceito gênero começou a ser utilizado pelas (os) pesquisadoras (es) principalmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com influência das feministas anglo-saxãs. Segundo Scott (1995) as feministas americanas utilizaram o conceito de gênero para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções

baseadas no sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos sexo ou diferença sexual. A introdução do caráter relacional do gênero levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode vir separada da história dos homens.

No final da década de 1980 a terminologia gênero começa a ser utilizada em trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações). Logo as discussões sobre gênero ficaram evidentes nos núcleos e demais centros de pesquisa os quais incorporaram esta terminologia em suas pesquisas e se auto-identificaram com os estudos de gênero (ZIRBEL, 2007).

Zirbel (2007, p. 42) cita alguns pontos que influenciaram a formação do campo de pesquisa ligado às questões de gênero no país. Segundo a autora, os pontos que chamam mais atenção são: “(...) a legitimidade nos espaços acadêmicos para as pesquisadoras; o anti-feminismo e seus desdobramentos no ambiente acadêmico; o incentivo (ou a pressão) das agências financiadoras (...)” Além disso, o termo era de melhor aceitação na academia brasileira na década de 1980 e 1990.

O termo gênero foi sendo incorporado por diversas disciplinas (antropologia, sociologia, psicologia) das quais recebeu diferentes nuances, que contribuíram para que a definição do conceito de gênero fosse construída e utilizada conforme a bagagem teórica específica que cada disciplina trazia.

Na Geografia, a abordagem do conceito de gênero é recente, de acordo com Silva (2009) o movimento feminista, conhecido como ‘segunda onda’, foi fundamental para inspirar as geógrafas a iniciarem um movimento interno na geografia a partir dos anos 1970 sob a perspectiva de três objetivos principais: “(...) construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as

investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (...)” (SILVA, 2009, p. 27). Assim, as geógrafas, inicialmente as inglesas, começaram a desenvolver estudos sobre gênero e promover as mulheres nas instituições acadêmicas e científicas.

Segundo André (1990), no ano 1980, principalmente no Reino Unido, a questão do gênero começou a ganhar destaque na investigação geográfica. De acordo com a autora:

a partir de meados da década de [19]80, alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertaram para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade (ANDRÉ, 1990, p. 334).

No entanto, a Geografia brasileira apresenta um pequeno número de pesquisadores (as), dentre os (as) estudiosos (as) podemos citar Rosa Ester Rossini, da Universidade de São Paulo, que tem uma expressiva contribuição desde a década de 1980 e enfoca a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como urbanas; Joseli Maria Silva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que juntamente com outros pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETE-UEPG), tem abordado a temática de gênero e Geografia trazendo para o Brasil o conceito

de 'Espaço Paradoxal', proposta teórica discutida pela geógrafa americana Gillian Rose (1993), como uma possibilidade de subversão da construção masculina do conhecimento geográfico.

Recentemente, o gênero tem sido enfoque de várias dissertações e teses, como as desenvolvidas por Tonini (2002), Carvalhal (2003), Garcia (2004), Castilho e Silva (2009) entre outros. Todavia sua abordagem na Geografia brasileira é limitada quando comparada aos países anglo-saxões. Essa tem pela frente importantes desafios teóricos e conceituais, dessa forma nota-se a importância de trabalhos geográficos que façam análise das relações de poder que provocaram, e ainda provocam antagonismos entre homens e mulheres ao longo do tempo e do espaço onde se concretizam tais relações. Segundo Silva (2009):

a adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para produto e condição das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres (SILVA, 2009, p. 35).

Dentre as leituras do conceito de gênero, optamos pela usada por Scott (1995), de acordo com a mesma o conceito de gênero é “(...) utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro (...)” (SCOTT, 1995 p. 75). O que rejeita a ideia de esferas separadas, pois gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os

SEXOS.

Seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas [...] o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar as 'construções culturais' - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. 'Gênero' é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...] O uso de 'gênero' enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 75-76, grifos da autora).

Scott (1995) propõe um uso do gênero mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder. Sendo assim, sua análise é fundamental para o estudo das relações de gênero e suas respectivas relações de poder entre agricultoras e agricultores familiares na comunidade Rancharia, e fornece subsídios para a construção da história das mulheres agricultoras.

Louro (1997) ao analisar a produção de diferenças sexuais e de gênero em práticas educativas da atualidade, relata que o conceito de gênero serve como uma ferramenta analítica e ao mesmo tempo política, sendo que "(...) não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas" (LOURO, 1997, p. 22).

Através do conceito de gênero busca-se rejeitar o determinismo biológico e recolocar o debate da 'invisibilidade' do trabalho das mulheres no campo do social, uma vez que é nele que "(...) reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas da desigualdade precisariam ser buscadas [...] nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação" (LOURO, 1997, 22).

O enfoque feminista da Geografia, que envolve a concepção de gênero enquanto uma construção social de papéis desempenhados pelos diferentes sexos possibilita a análise geográfica evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas (SILVA, 2009).

Todavia, apesar do discurso patriarcal, que produzia e ainda produz a 'invisibilidade' da mulher, estar gradativamente se transformando, no meio rural esse processo é mais lento. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que cada um deve ocupar um papel na sociedade ainda está presente na mente de homens e mulheres. Nesse sentido, Louro (1997) salienta que essa distinção biológica:

(...) na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e *justificar* — a desigualdade social (LOURO, 1997, p. 20-21, grifos da autora).

Segundo essa linha de raciocínio, Tonini (2002), ao realizar uma leitura sobre a produção das identidades de gênero, de geração e de etnias nos livros didáticos de

Geografia, do Ensino Fundamental, acrescenta que os discursos dos livros didáticos de Geografia são ancorados em suportes biológicos, os quais estabelecem as identidades de homens e mulheres e uma 'sexualização' dos espaços, sendo que os espaços destinados às mulheres são diferenciados dos espaços destinados aos homens.

É nesses lugares que as práticas sociais estão sendo exercidas e naturalizadas. Essa perspectiva está articulada à história do mundo ocidental, em que as instituições familiares, políticas e econômicas estabeleceram marcas de diferenças biológicas para destinar os papéis sociais que homens e mulheres devem desempenhar. O espaço definido para a mulher sempre foi determinado em oposição ao espaço dos homens. A partir dessa bipolaridade espacial, criaram-se códigos culturais que contribuem para legitimar relações desiguais entre eles (...) (TONINI, 2002, p. 59).

Nesse sentido, Louro (2007) ao citar a contribuição da obra de Scott (1995), expõe que um ponto importante em sua argumentação é a ideia de que é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino. Nesse sentido, concordamos com Scott (1995) e Louro (2007) quando afirmam que é constante na análise e compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado, no qual homem e mulher são vistos como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica de dominação-submissão. Esse modo de pensar, que traz homens e mulheres como termos opostos, faz com que as práticas e comportamentos

sexuais e afetivos, que não obedecem à distinção dual masculino e feminino, sejam tomados como anormalidade, perversão, sendo assim excluídas da norma, do que é considerado 'normal'.

Assim, objetiva-se romper com essa lógica e demonstrar que a oposição existente entre os sexos é construída e não fixa e natural. Uma vez que, é a forma como as características sexuais são representadas pela sociedade, como são vistas e valorizadas que vai constituir o que é feminino e o que é masculino. "(...) Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (...)” (LOURO, 1997, 21). Nesse sentido, o conceito de gênero é de fundamental importância para constituir um debate no campo social e com novas linguagens, e evidenciar a ausência da mulher nos estudos sobre agricultura familiar e nas ciências em geral.

(...) É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (...) (LOURO, 1997, p. 21).

Defende-se a ideia que a divisão sexual do trabalho e as relações entre os sexos não são estabelecidas pelas características biológicas, mas sim construídas socialmente e estreitamente vinculadas às relações de poder. No meio rural as relações de gênero entre agricultores e agricultoras são marcadas por uma distribuição desigual de poder, que leva a 'invisibilidade' do papel desempenhado

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

pelos mulheres, questão abordada no próximo subtítulo. Nesse sentido, acredita-se na necessidade da construção de relações entre homens e mulheres mais igualitárias, equilibradas e justas. Isso implica em uma tomada de consciência e de atitude para mudar normas, poderes e preconceitos estabelecidos na história e na cultura de nossa sociedade.

## Relações de Gênero na Agricultura Familiar: a Mulher na Comunidade Rancharia

No meio rural, geralmente é o homem que tem o papel de chefe na família, sendo considerado o responsável pela sobrevivência da mesma e, na ausência do pai o filho ou outro membro da família, maior de idade e preferencialmente do sexo masculino, estará habilitado a assumir o seu lugar. Esse modo de pensar, que coloca o homem como detentor do saber e do poder, nega a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência da família agricultora. A relação que atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos produz uma distribuição desigual de autoridade, de poder e prestígio entre homens e mulheres. Diante dessas considerações, analisam-se as relações de gênero na agricultura familiar tendo em vista a comunidade Rancharia.

De acordo com Cabral e Dias (1999, p. 2) estas são resultado de um processo pedagógico que “(...) inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno de quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania”. As mulheres desde que nascem são educadas para assumir a esfera reprodutiva e doméstica, enquanto sua sexualidade é negada e reprimida.

Nessa perspectiva, Matos (2002) ao

discutir o processo de construção da feminilidade pelas revistas femininas Cláudia e Nova, salienta que:

[...] a expressão relações de gênero designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam o reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens (MATOS, 2002, p. 2).

Os mitos e os preconceitos que são reproduzidos através da história atribuem à mulher o sentimento de menos valia em relação ao homem, o que ocasiona efeitos negativos nas relações estabelecidas no trabalho e também, no cotidiano. Dessa forma, concordamos com Scott (1995) que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo este uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

Compreende-se que toda relação de gênero é uma relação de poder. Assim, a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres é um produto social que legitima as relações de poder, o que contrapõe-se a uma construção em função das características biológicas dos diferentes sexos. De acordo com Foucault (2007, p. 75), em qualquer sociedade, existem relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social. E “(...) onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”.

Segundo Foucault (1995) o que caracteriza

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

poder é a ação/relação entre os indivíduos e só há estruturas ou mecanismo de poder quando certas pessoas exercem poder sobre outras, assim o termo poder designa relações entre parceiros. E o corpo aparece enquanto superfície sobre o qual o poder atua com vistas à sua conformação e adestramento, ou seja, a tornar os corpos dóceis e úteis. Para esse autor as relações de poder:

[...] se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer este poder (como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência), seja daquelas que recorrem, para se desdobrarem, a relação de poder (assim na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas) (FOUCAULT, 1995, p. 241).

Na perspectiva de Foucault (1995, 2007), o poder é concebido não como um estado mental, mas como um conjunto de práticas sociais e de discursos construídos historicamente que disciplinam tanto o corpo como a mente de indivíduos e de grupos. Nesse contexto, o homem é o detentor do poder, o provedor da família e a mulher ocupa apenas o papel de ajudante, o que de fato faz com que ela esteja, de certa forma, subordinada à autoridade do cônjuge.

Na comunidade Rancharia, essa relação de poder materializa-se, por exemplo, na autonomia que as agricultoras possuem para realizarem seus projetos de vida, suas metas e suas vontades. Ao serem interrogadas sobre esse assunto, 71,4% das mulheres afirmaram que não necessitam da autorização de ninguém, que sempre realizam suas vontades por conta própria. No entanto, percebeu-se

durante esse questionamento certo desconforto de algumas mulheres em relação aos seus esposos, que as olhavam fixamente no decorrer das entrevistas, fato que demonstra a presença da relação de poder que os homens possuem sobre as mulheres, o qual faz com que estas se sintam desconfortáveis e intimidadas ao publicizarem práticas/atitudes de seu dia a dia. A presença da cultura patriarcal, que para Castells (1999) se caracteriza pela autoridade imposta do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar, também contribui para esse desconforto manifestado tanto pelas mulheres quanto pelos homens.

Dentre as mulheres entrevistadas, 28,6% responderam que sempre pedem opinião aos esposos antes de decidir sobre qualquer assunto. A partir dessas informações, concorda-se com Saffioti (2004a) que ao analisar a questão das desigualdades de gênero, presentes em inúmeras instituições e esferas da sociedade, salienta que:

no campo do gênero os *homens como categoria social* têm liberdade quase absoluta, desfrutam de *autonomia*, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as *mulheres como categoria social* precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a *ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero* [...] (SAFFIOTI, 2004a, p. 50, grifos da autora).

Além da questão relacionada à autonomia, na comunidade Rancharia verificou-se uma

divisão do trabalho nas propriedades que também se fundamenta nas relações de poder, construídas de acordo com uma visão de mundo enraizada na diferença biológica entre os sexos. Bourdieu (2007), em seu estudo etnográfico sobre a dominação masculina na sociedade Cabila, diz que a dominação dos gêneros está corporificada, pois é no corpo que se inscreve as disputas pelo poder, uma vez que ele é a primeira forma de identificação no nascimento. O corpo é tido como o ‘locus’ do exercício do poder e as diferenças visíveis entre o corpo da mulher e do homem tornam-se o penhor indiscutível de significação e de valores. “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante [...] é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos (...)” (BOURDIEU, 2007, p. 18).

A diferença biológica entre homens e mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias. As quais trazem como consequência, a representação da mulher como o ser menos capaz, o sexo frágil, que precisa de proteção e, o papel de reprodutora. Porém, essas qualidades definidas como naturais e intrínsecas à natureza das mulheres é produto da educação e da formação de meninas e meninos. Os sujeitos constituem-se em meio as relações de poder, através das quais os mesmos assujeitam-se aos outros e, por meio da linguagem, entram no universo simbólico. A partir daí começam a apreender valores, sentidos acerca de si e do mundo, que ao longo da vida podem ser ressignificados ou não (FOUCAULT, 2006).

Os valores adquiridos, a forma como a divisão do trabalho é simbolizada, reforça a associação que há em torno das mulheres ao seu papel reprodutivo, no âmbito do privado e do doméstico, a qual se superpõe a imagem da mulher trabalhadora. Dessa forma, baseada

nas afirmações de Bourdieu (2007) conclui-se que a ordem social masculina esta profundamente arraigada no corpo e na mente de homens e mulheres, sendo considerada como ‘natural’, graças as estruturas sociais como a organização social do espaço e do tempo e a divisão social do trabalho e, por outro lado, das estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes, que traduzem a oposição binária entre os sexos.

(...) Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculino). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (...) assinalando-lhes lugares inferiores (...) ensinando-lhes a postura correta do corpo (...) atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (...) enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais. (BOURDIEU, 2007, p. 34).

No meio rural, essa situação é mais evidente comparada ao meio urbano, pois as relações de gênero marcadas pela divisão sexual do trabalho, sendo passadas de geração em geração, ainda se encontram naturalizadas no modo de vida de muitas famílias agricultoras. E mesmo nas situações em que homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, estes obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com os papéis sociais que lhes são atribuídos.

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

Geralmente, os papéis dos homens são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Nessa divisão do trabalho, prevalece uma desvalorização da capacidade feminina em relação ao masculino.

Esse pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros coloca homens e mulheres em polos separados e faz com que outros pares de conceitos sejam equiparados pela mesma lógica, como produção-reprodução, público-privado, razão-sentimento e dominação-submissão. E evidenciam a prioridade do primeiro em relação ao segundo, o que de fato aponta um lugar específico para cada gênero (LOURO, 1997).

De acordo com Bourdieu (2007), essa divisão sexual contribui com a dominação dos homens sobre as mulheres e está presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na divisão do tempo, ou seja, no *habitus* de cada sujeito o que de fato permite que essa relação pareça natural.

A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivando nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (...) (BOURDIEU, 2007, p. 17).

No meio rural esse pensamento está arraigado na mente de muitas famílias, as quais acreditam que homens e mulheres possuem papéis e lugares distintos. Nessa separação, o homem é tido como responsável pelo sustento da família, enquanto a mulher e os filhos são apenas 'ajudantes'. Como nas

propriedades rurais, o convívio da família e a atividade se desenvolvem no mesmo local, vigora uma visão de que o trabalho da mulher seja uma obrigação natural, na qual ela tem que ajudar seu marido, cuidar do lar e da família. E mesmo as mulheres que desenvolvem atividades remuneradas, geralmente também realizam as atividades domésticas.

Carneiro (2001), através de suas experiências em pesquisas com famílias camponesas de diferentes regiões do Brasil, acrescenta que apesar das diferenças socioculturais e econômicas das famílias pesquisadas, o lugar que a mulher ocupa no processo produtivo é considerado sempre como secundário, tanto pelos homens como pelas mulheres. De acordo com a autora, essa posição é expressa na categoria ajuda para atividades desempenhadas pela mulher e pelos empregados no meio rural brasileiro.

Na comunidade Rancharia não é diferente, a família agrícola acredita que a mulher atua na condição de 'ajudante' no processo produtivo porque, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois, tem a incumbência dos afazeres domésticos.

Nessa perspectiva, Araújo e Scalón (2005) salientam que ao longo da história, na moldagem dos vínculos entre estruturação e reprodução da família e lugares ocupados por homens e mulheres na vida social, há um padrão que tem sido identificado como característico:

(...) a existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos – assumindo os homens posição dominante – e por uma divisão de atribuições assimétricas valorizadas – a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social (ARAÚJO e SCALON, 2005, p. 9).

Na comunidade Rancharia a principal fonte de renda é provinda da bovinocultura e a tarefa de lidar com o gado é vista como propriamente masculina, assim, o homem é considerado o responsável pela renda familiar, ou seja, o trabalho produtivo. Enquanto às mulheres é atribuído o trabalho dito reprodutivo, que corresponde a cuidar dos afazeres domésticos, da casa, dos filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. Essas tarefas são pouco valorizadas devido a escassa ou nenhuma participação na geração de renda monetária.

Boni (2005), ao tratar o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres nas agroindústrias familiares, na região oeste de Santa Catarina, afirma que na pequena propriedade a divisão sexual do trabalho é “(...) nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, ‘chefe da família’, muito embora o entendimento ‘de quem deve fazer o quê’ seja passada de geração para geração, tornando-se naturalizado” (BONI, 2005, p. 52, grifos da autora). Observa-se a desigualdade de gênero no trabalho familiar, uma vez que os homens são tidos como chefes de família e da propriedade, enquanto o trabalho das mulheres é visto como ajuda.

Essa divisão do trabalho levou a desigualdade na distribuição de poder e prestígio entre homens e mulheres. Nesse sentido, Foucault (2006) ao referir-se aos conjuntos estratégicos que desenvolvem os dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo (a partir do século XVII) cita a ‘histerização do corpo da mulher’, no qual o

corpo feminino passa a se comunicar organicamente com corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças, ou seja, reserva à mulher ao campo do privado, a responsabilidade pelo cuidado com o lar e com a família.

Em relação a divisão do trabalho nas propriedades pesquisadas, constatamos que dentre as atividades ditas femininas estão o cuidado com a casa, com a alimentação, com as vestimentas, com os pequenos animais (suínos e galináceos) e com a horta. Também lidam com o gado, nas atividades como ordenha, vacinação, trato e apartação dos bezerros, que consiste em separar os bezerros das mães para evitar a amamentação e, conseqüentemente, para acumular o leite que será retirado através da ordenha. E dentre as tarefas masculinas, está o cuidado com a lavoura, a capina, a construção e/ou conserto de cercas e os cuidados com o gado (ordenha, vacinação, trato e apartação dos bezerros).

Diante dessas informações, nota-se que na comunidade Rancharia, além de realizarem o trabalho reprodutivo, ou seja, o cuidado com a família e com a casa, as mulheres também contribuem para a produção, pois dentre as mulheres entrevistadas 50% lidam com a ordenha, 33% aplicam vacinas nos animais, apartam os bezerros e cuidam do trato dos animais. Diante desses dados, podemos afirmar que essas mulheres também são responsáveis pela renda monetária e não atuam somente como ajudantes, são trabalhadoras e merecem ser reconhecidas pelo seu trabalho tanto reprodutivo como produtivo.

Diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola as mulheres combinam diferentes modalidades de trabalho, desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas. Elas também realizam outras atividades, como o processamento de alimentos (queijos, doces, farinha de mandioca, polvilho, açafraão).

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

Na comunidade Rancharia 91,6% das mulheres fazem queijos (tipo queijo minas), 20,1% das famílias produzem polvilho e farinha de mandioca e 46,2% produzem açafrão (*Curcuma Longa*: conhecido também como açafrão da terra utilizado como condimento e na coloração de pratos). É importante salientar também a produção de doces e quitandas (termo referente ao conjunto de doces, bolos e biscoitos feitos em casa). As agricultoras em todas as propriedades pesquisadas também cuidam dos galináceos e da horta familiar e, em 92,3% são responsáveis pelo cuidado com os suínos.

A produção desses alimentos trás uma importante contribuição para a sobrevivência das famílias, uma vez que destina-se primordialmente ao consumo familiar. E quando há excedentes, esses alimentos são comercializados, o que contribui para a renda monetária da família agricultora.

Mendes (2005), ao analisar as características socioeconômicas da produção rural familiar das comunidades Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta, município de Catalão (GO) no período de 2003 a 2005, salienta que em algumas unidades familiares a produção de farinha de mandioca, polvilho, farinha de milho, conservas (pequi, pimenta, jurubeba), licores de frutas da estação, doces em calda e pedaços, geleias de mocotó, queijos, requeijão e várias quitandas são comercializados nas feiras locais e em outras cidades próximas, junto com as hortaliças, aves e ovos. Segundo Mendes (2005, p. 188), “(...) o mercado para a produção artesanal/caseira tem crescido, assegurando uma demanda regular e, principalmente, uma renda específica para as mulheres”. Que através dessa produção conseguem assegurar seus próprios rendimentos, situação que, de acordo com a autora, é restrita a uma minoria.

O trabalho doméstico ainda é, na maioria

das vezes, despercebido e o fato desse trabalho ter pouca ou nenhuma retribuição em dinheiro contribui para a sua desvalorização, tantos aos olhos dos homens como das próprias mulheres, como se o tempo despendido fosse sem importância, uma obrigação para as mulheres. Nesse sentido, concordamos com García (2004) que, ao analisar o processo de divisão sexual do trabalho nos acampamentos e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema no período de 2001 a 2004, salienta:

os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual [...] (GARCÍA, 2004, p. 85-6).

Ao serem questionadas sobre quais as atividades que lhe traziam mais realização, 58,4% das mulheres da Comunidade afirmam ser as tarefas que geram renda, seja ela realizada na propriedade ou fora dela como assalariada. E 41,6% das mulheres dizem serem as tarefas domésticas as que trazem uma maior realização.

Dessa forma, encontra mais uma vez a influência da cultura patriarcal que faz com que estas mulheres acreditem que o seu lugar é na esfera do doméstico, por se sentirem menos capazes de realizar as tarefas fora de casa e, também por serem as únicas responsáveis pelo cuidado com o lar e com a família. Esse modo de pensar, determinado pelos valores da sociedade patriarcal, encontra-se fortemente enraizados na mente de muitas mulheres do meio rural.

Em algumas famílias, a mulher procura assumir sozinha ou com a ajuda das filhas, as

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

responsabilidades do lar, por medo de perder o domínio no espaço doméstico que a mesma considera como sendo seu. Todavia, não queremos afirmar que é um problema essas mulheres preferirem os serviços domésticos, mas é necessário compreender a influência da cultura patriarcal nas relações de gênero existentes no cotidiano dessas famílias, para que haja um processo de valorização do trabalho doméstico assim como, do trabalho produtivo realizado pelas mulheres.

Quanto à participação dos homens nas tarefas domésticas, constata-se que 70% destes ajudam nas tarefas domésticas somente quando a mulher está fora ou doente e, dentre os serviços realizados, está o preparo das refeições e a limpeza da residência (apenas varrem). Os demais 30% não realizam e/ou ajudam em qualquer atividade doméstica. Essa situação é vista com naturalidade por muitos homens e mulheres no meio rural, uma vez que, o universo doméstico é naturalizado como feminino. Sendo assim, essas famílias seguem ao padrão de divisão sexual do trabalho que separa as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, que englobam todo o trabalho doméstico. Assim, concordamos com Bourdieu (2007) ao afirmar que:

[...] além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores [...] as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres [...] (BOURDIEU, 2007, p. 75).

Por mais que não sejam quantificadas as horas de trabalho feminino nas atividades desempenhadas, e mesmo que estas não sejam remuneradas, enfatiza-se que as mulheres

agricultoras desempenham papel decisivo na execução das atividades relacionadas a produção e a reprodução familiar. O trabalho das mulheres agricultoras tanto na esfera doméstica como na esfera da produção deve ser valorizado e não reduzido a uma obrigação ou a uma mera ajuda.

O trabalho e a presença da mulher no meio rural têm um papel importante para a vida das famílias agricultoras, ele garante a sobrevivência e a reprodução da família e, contribui com a renda familiar. Corroborando com esse pensar, Tedesco (1999) expõe que o trabalho feminino é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família, pois é expressivo o esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais para o núcleo familiar, aumentando, assim, sua carga de trabalho.

Diante da relevância do trabalho feminino para a família rural, as pesquisas que se dedicam as questões da mulher, especialmente na agricultura familiar, bem como todos os processos por elas vividos, sinalizam que há uma crescente transformação no que diz respeito a sua participação ativa no campo, embora prevaleça a sua subordinação.

Com o passar do tempo as mulheres rurais vêm tentando reverter essa realidade, participando junto com o homem das atividades relacionadas ao plantio, à colheita, à administração e contribui para o aumento do orçamento familiar. Nesse sentido, recorreremos ao argumento de Foucault (2007, p. 241) no qual afirma que: “(...) a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”.

O poder implica uma relação de dominação, entretanto, essa dinâmica não pode ser pensada de forma unilateral, uma

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

vez que a mulher também é sujeito nessa relação, mesmo que seja o sujeito dominado. As relações de poder não são estáticas, o poder não está localizado num lugar específico, pois as relações de força interagem entre si. O poder está no micro, está nas relações cotidianas, está circulando entre as pessoas, e as mulheres podem e devem reverter o papel de submissa ao poder masculino e, assim serem reconhecidas e terem seus direitos respeitados.

Frente a essa situação, nota-se a necessidade de tornar visível o trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo da mulher. Para que isso de fato ocorra, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e de medidas que as incentivem e as esclareçam na utilização dos seus direitos. Assim, elas poderão conquistar uma participação mais respeitada na agricultura familiar e na sociedade, bem como, autonomia para atuarem tanto na produção quanto na administração da família e essa posição da mulher não se restringe apenas no meio rural. Além do pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras é necessário romper com os obstáculos econômicos, com as barreiras culturais e sociais que inferioriza o trabalho das mulheres. Isso contribuirá para a valorização o papel da mulher na agricultura familiar e para transformar as relações sociais de gênero não só no meio rural, mas na sociedade.

### Considerações Finais

O papel das mulheres na agricultora familiar é fundamental para a sobrevivência da família agricultora, mas a desvalorização de suas atividades domésticas e o desconhecimento das tarefas na esfera produtiva leva a 'invisibilidade' do seu trabalho. Esse fato é consequência das desiguais relações de poder provenientes de uma cultura patriarcal que prega a

superioridade do homem em relação à mulher.

Nesse sentido, o conceito de gênero apresenta-se como uma importante teoria para analisar as relações de poder entre agricultores e agricultoras familiares, contribui para dar visibilidade a história das mulheres e ao seu papel na família agricultora. Ao rejeitar o determinismo biológico, podemos compreender que as desigualdades existentes entre os sexos não é fixa e natural, mas sim provenientes das relações desiguais entre os sujeitos, as quais são construídas historicamente e que reservam a cada sexo um diferente papel na sociedade.

Na comunidade Rancharia, no município de Campo Alegre de Goiás (GO), o trabalho das mulheres contribui de forma significativa para manter a família agricultora no campo. São estas as responsáveis pelo trabalho doméstico, pelos cuidados com a família e, por realizarem outras atividades, como o processamento dos alimentos e a manufatura de diversos produtos que podem ser comercializados.

No entanto, nessa Comunidade prevalece a 'invisibilidade' do trabalho feminino, tanto o doméstico quanto o ligado a produção, além disso, as relações de gênero e as suas respectivas relações de poder no interior da família agricultora são responsáveis pela falta de autonomia das mulheres e pela a divisão do trabalho. Essas relações são construídas de acordo com um modo de pensar baseado nas diferenças biológicas entre homens e mulheres que desvaloriza as capacidades femininas em relação as masculinas.

Diante dessas informações, acredita-se que para mudar as relações de gênero existentes e para garantir a permanências dos (as) agricultores (as) no campo são necessárias políticas públicas que garantam o acesso à terra tanto para o homem quanto para a mulher, que proporcionem educação, cultura

## Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

e lazer, que auxiliem na geração de emprego e na melhoria da renda das famílias que vivem no meio rural. E que, sobretudo haja a valorização e a quantificação do trabalho das mulheres, pois este contribui de maneira significativa para a sobrevivência e para a reprodução da família.

### Referências

ANDRÉ, Isabel Margarida. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, v. 25, n. 50, p. 331-348, 1990.

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; SCALON, Maria Celi Ramos da Cruz. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, jan. 2001.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona Ltda. p. 142-150, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos**

**Feministas**, Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 22-55, jan. 2001.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente/SP**. 2003, 205f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 69 - 238, 2008.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz. de. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DARTORA, Vanderléia. **O lugar e o seu significado**: as representações de meio ambiente dos moradores de Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul; **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231 – 249.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

**Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar**

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Organização e tradução Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.**

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Auxiliadôra Aparecida de. **Feminilidades e gênero: re-lendo Cláudia e Nova.** *Revistas Ciências Humanas*, v. 8, n 1, p. 1 – 9, 1º sem. 2002.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e patriarcado: violência contra mulheres.** In: VENTURE, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 43 – 59.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E

PLANEJAMENTO DE GOIÁS. **Dados estatísticos.** Disponível em: <<http://www2.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 12 maio de 2012.

SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia.** 2002. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Recebido em 02 de abril de 2013.  
Aceito em 12 de outubro de 2013.